

Conflitos de terras e de águas: o que eu tenho a ver com isso?

Apropriação de terras no Oeste baiano e o Matopiba

Desde os tempos da colonização portuguesa, o Brasil tem enfrentado a grilagem e apropriação de terras. Os **latifúndios** não garantiam a possibilidade de geração de renda por populações camponesas, indígenas e descendentes de africanos que foram escravizados, o que as tornavam ainda mais empobrecidas. Além disso, a grilagem de terras, por meio de fraudes em cartórios ou diversos meios ilegais para apropriação de mais terras, promoviam (e ainda promovem) violência no campo.

<Latifúndios: enormes propriedades de terras (acima de 600 módulos rurais) ou que são improdutivas. De acordo com a Constituição Federal, essas terras devem ser desapropriadas para fins de reforma agrária.>

Infelizmente, a violência e os conflitos no campo ainda são uma marca do Brasil rural. De acordo com dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 2023 tivemos 2.203 conflitos por terra, trabalho escravo e águas que envolveram mais de 950 mil pessoas (CPT, 2023). E é na Amazônia Legal e no **Matopiba** (veja Box 1) onde se concentram a maior parte dos conflitos no campo brasileiro.

Box 1. Mas, o que é o Matopiba?

Matopiba refere-se ao acrônimo (primeira sílaba) dos estados do **MA**ranhão, **TO**cantins, **PI**auí e **BA**hia. São as áreas de Cerrado desses quatro estados em que há maior incentivo de governos e de parte da sociedade para o desmatamento e estabelecimento da produção de soja e outros produtos.

Desde as décadas de 1970 e 1980, há um debate em torno da colonização incentivada pelo governo brasileiro, que levou muitas famílias de pequenos agricultores do sul do país a comprarem terras de Cerrado dos quatro estados a preços muito baratos.

Ocorre que nesse cenário de conflitos, o Brasil tem uma característica diferente de outros lugares do mundo: desde a década de 1960, o Estado brasileiro (governos federal e estaduais) apoiaram explicitamente o setor do agronegócio para avançar sob terras historicamente por populações indígenas e tradicionais, com a justificativa que essas terras eram “inabitadas” e “vazias”. Isso incentivou o avanço da **fronteira agrícola**, primeiro no Cerrado, depois na Amazônia.

Esse fenômeno é chamado de “**modernização conservadora da agricultura**”, ou seja, a modernização do agronegócio é promovida pelo Estado brasileiro às custas da grilagem e apropriação de terras que acontece desde os tempos coloniais, e que causa desmatamento e degradação ambiental.

<**Fronteira agrícola**: trata-se de uma expressão que indica o avanço da agricultura capitalista (que conhecemos como

agronegócio) sobre áreas que pertencem a populações indígenas e tradicionais. No Oeste baiano, foi promovida pelo Estado brasileiro, e incentivou levas de colonos vindos do sul do país que desmataram as áreas e implantaram culturas para exportação, como soja e algodão.>

Mas, o que o Oeste baiano e os Fechos de Pasto têm a ver com isso?

O estado da Bahia, como um dos componentes do Matopiba, é uma das áreas de avanço de fronteira agrícola mais ativas e conflituosas do mundo. Todos os resultados negativos desse avanço da fronteira agrícola na região resultaram em diversos problemas ambientais e sociais.

Você já parou para pensar por que, apesar de serem municípios do agronegócio muito “prósperos” do ponto de vista econômico, ainda existe muita desigualdade social? Por que nesses municípios que exportam tanta soja ainda há tantas pessoas pobres? Podemos resumir que uma das respostas a essas perguntas é que o avanço da fronteira agrícola e do agronegócio beneficia a poucos e toma a terra de muitos.

Apropriação das águas no Oeste baiano: os rios estão mesmo secando?

Sim, é absolutamente visível que nossos rios estão secando... Os moradores mais antigos, que nasceram na beirada dos Rios Grande, Corrente e Carinhanha e seus afluentes, já vêm sentindo há anos que as nascentes e veredas da região estão morrendo. Recentemente, muitas lagoas estão também secando. Alguns rios que eram fundos, hoje viraram estradas de chão batido. Isso é uma constatação em todos os rios da margem esquerda do Rio São Francisco.

O próprio Rio São Francisco já não é mais o mesmo. Relatos de comunidades de pescadores em todo o Oeste baiano e no Velho Chico dão conta que os peixes estão com períodos de piracema alterados, e encontrando cada vez mais peixes de tamanho menor. Isso é algo preocupante, que afetará negativamente muitas pessoas.

Mas o Oeste baiano está assentado em cima de uma das maiores riquezas da região: o **Aquífero Urucuia**. Trata-se de uma das maiores reservas de água do Brasil, e que garante o fornecimento para muitos rios da região.

<**Aquífero Urucuia**: aquífero é o nome dado a uma massa de água que atualmente existe no subsolo de uma região. Por milhares de anos, a chuva cai no solo e se infiltra. À medida que ela vai mais fundo no solo, chega a regiões em que começa a se acumular, formando lençóis freáticos e aquíferos. Quando se perfura um poço, são as águas de lençóis freáticos e aquíferos que acessamos. O Aquífero Urucuia está em toda a extensão do Oeste baiano, desde o sul do Piauí até chegar na região de Mambáí, no Goiás. Ele é o maior responsável por garantir água para as nascentes do Rio Corrente, Rio Grande e Rio Carinhanha e seus afluentes.>

O agronegócio já transformou o Aquífero Urucuia em um “negócio”. Atualmente, há setores da economia especializados em perfuração de poços (os chamados “irrigantes”)

e o Estado da Bahia tem autorizado de uma maneira assustadora a retirada de água dos rios e do Aquífero Urucuia por meio de poços profundos. Em 2022, um estudo observou-se que somente nove fazendas situadas no vale do Rio Arrojado retiravam por dia um valor equivalente a duas vezes o consumo de água anual de uma cidade como Brasília.

O desmatamento é outro problema para o Aquífero Urucuia. São as raízes grossas das árvores e gramíneas originais do Cerrado que favorecem as águas das chuvas, abundantes no período chuvoso (novembro a abril), para infiltrar no subsolo. Ao passarem o correntão, arrancam essas raízes e ajudam a terra a não infiltrar mais a água da chuva.

Nos últimos anos, o agronegócio no Oeste da Bahia vem tentando convencer as nossas comunidades e a sociedade em geral de que todas as suas ações são benéficas para o meio ambiente e a sociedade. A exemplo, podemos citar algumas falsas afirmações, como:

“A plantação de soja e a irrigação ajudam a infiltrar a água no solo e abastece o Aquífero”.

Diversos estudos científicos demonstram que a soja infiltra muito pouco em comparação a uma floresta nativa. Sem o Cerrado em pé, o Aquífero Urucuia não consegue ser abastecido com a água da chuva, que, por não infiltrar, contribui para causar alagamentos e inundações.

“O agronegócio traz riqueza e desenvolvimento”

Essa riqueza e desenvolvimento é para quem? Quem é que lucra com a destruição do Cerrado e das águas?

Outro problema preocupante que temos observado é a tentativa do agronegócio de atingir nossas comunidades com o projeto educacional **“Conhecendo o Agro”**, da Associação Baiana dos Produtores de Algodão (Abapa).

É um projeto que visa propagar para estudantes e professores/as informações que não são condizentes com a nossa realidade, através de cursos de formação e capacitação profissional, concursos de redação e desenho, com atividades teóricas e práticas.

Nós já paramos para pensar para onde vai toda essa soja que é primeiramente irrigada com as águas do Aquífero Urucuia e depois exportada? Ela está indo para China, Estados Unidos e Europa, grandes compradores mundiais desses produtos. Assim, nosso grande tesouro, que são as águas do Aquífero Urucuia, estão indo para os estrangeiros, enquanto nós vivenciamos a morte de nossas nascentes, veredas e rios.

No fundo, a apropriação das águas é produto direto da apropriação e grilagem de terras, e os que mais sofrem com os males causados por esses modelos de apropriação são as populações tradicionais.

Cerrado, Fechos de Pasto e o papel das Mulheres

Cerrado, a caixa d'água do Brasil

Quando se fala em biomas e meio ambiente no Brasil, é comum os olhos se voltarem para a Amazônia, e pouco se fala e se sabe sobre o Cerrado, a caixa d'água do Brasil. Sendo um dos ambientes mais antigos, tendo se formado há mais de 65 milhões de anos, o Cerrado é a savana com a maior biodiversidade e uma das maiores reservas de água doce do planeta.

Como nos lembra o professor Altair Sales Barbosa, o Cerrado é um tipo de ambiente em que vários elementos precisam estar intimamente interligados uns aos outros: desde as gramíneas dos campos limpos, as matas de galeria até as veredas têm uma relação de biointeração entre si. Assim, se qualquer um desses elementos for degradado, o Cerrado não tem mais a capacidade de recuperar a plenitude de sua biodiversidade. Por conta disso, é fato que o Cerrado já se encontra em vias de extinção.

Ocupando uma área de 2 milhões de hectares, o Cerrado compõe $\frac{1}{4}$ de todo o território nacional, estando presente nos estados da Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Piauí, São Paulo e Tocantins. O Cerrado é a caixa d'água do Brasil porque é nesse ambiente onde acontecem as chamadas recargas hídricas. Na estação das chuvas, a recarga ocorre nas áreas de chapadas que alimentam os aquíferos, fontes e nascentes dos rios e nas áreas de Veredas. É no Cerrado onde nascem importantes rios do Brasil e do continente sul-americano, como o Paraguai, Paraná, São Francisco, Doce, Araguaia, Tocantins, Tapajós, Xingu, Parnaíba e Jequitinhonha.

Os povos do Cerrado são diversos, somando mais de 80 povos indígenas, como os Apinajé, Guajajara, Guarani e Kaiowá, Javaé, Krahô, Maxacali, Kayapó, Krenak, Carajá, Terena, Xerente, Xavante, entre outros. Abriga também 44 territórios quilombolas, comunidades Geraizeiras, Riberinhas, Quebradeiras de Coco Babaçu, Vazanteiras, Retireiras, Apanhadoras de Flores Sempre-Vivas, Raizeiras, Pantaneiras e Comunidades de Fundo e Fecho de Pasto.

A ocupação do Oeste da Bahia e o caminho das águas

Por estar longe da região litorânea, ponto de partida da colonização no Brasil, o Oeste Baiano era denominado como Além São Francisco, por estar “além” das margens do rio São Francisco, e nunca recebeu a devida atenção dos governos em comparação com o restante do estado.

A ocupação da região foi iniciada por povos indígenas e se intensificou com a invasão dos colonizadores em busca de ouro e com o desenvolvimento da criação de gado. Os povos que resistiram à escravidão ocuparam as barrancas dos rios Arrojado, Correntina, Rio do Meio, Santo Antônio, Formoso e Corrente, formando assim, as Comunidades Tradicionais que também se auto identificam como “beiradeiras” e “brejeiras”. Assim, a ocupação humana do Oeste da Bahia é um verdadeiro caminho das águas e o próprio

mapa da ocupação da região é o mapa da disponibilidade hídrica e da história do acesso à água.

Os Fechos de Pasto

Nesse processo de ocupação nos vales, barrancas dos rios, riachos e córregos, as áreas de “terra de mata”, “terra fértil”, “terra vermelha”, “terra preta” e “terra de cultura”, as famílias mantiveram um sistema tradicional de cultivo de alimentos e criação de animais. Já a extração de frutas nativas e a “solta” do gado eram realizadas nas extensas áreas de Cerrado de uso comum, os “Gerais”, também chamado de “Retiro”, “Fecho” e “Tabuleiro”.

Os Fechos são o elemento central do modo de vida tradicional e da organização do território dessas comunidades. Para garantir a fartura de alimentos nas roças, as comunidades cercavam a plantação e deixavam o gado solto. O cercamento, trancamento ou fechamento durava no máximo três anos e depois desse período, aquela roça era abandonada e outro pedaço de mata erra derrubado para iniciar a outra roça fechada por batume, impedindo a entrada dos animais.

Assim, o gado era solto nos Gerais, que iam das roças até as cabeceiras dos rios que fazem a divisa com os estados de Goiás e Minas Gerais, e todas as terras eram livremente usadas pelas famílias para a criação de seus animais.

O gado pastava por um ou dois meses e era trazido para ser alimentado em um pasto diferente, o pasto de cultura, servido de nutrientes para “tirar a areia do bucho”. Com o passar dos anos, os criadores passaram a deixar o gado por cinco meses nos Gerais e sete meses nos cercados das roças. O período da solta era assim alternado e sempre baseado pelo período das chuvas, de forma a garantir o tempo necessário para o descanso dos pastos cultivados e da pastagem nativa.

Desse modo de vida são inseparáveis as manifestações culturais que, assim como as diversas comunidades, existem em suas mais variadas formas como parte das vivências e resistências das comunidades geraizeiras.

Pela oralidade, são transmitidos de geração a geração os saberes de mestres e mestras que até hoje estão presentes no modo de ser e de viver dessas comunidades, como festejos e a musicalidade tradicional: os Reisados, Chulas, Cantigas infantis, das Sombras e da Claridade, Cantos de Chuva e Ternos, as Ecomendadeiras de Almas e Rezadeiras (Encantadeiras).

As famílias se reuniam, e em círculo partilhavam a essência de ser e os conhecimentos que carregavam, fazendo acontecer a troca de experiências e a manutenção de suas identidades culturais com a palavra falada, cantada e das rezas.

A partir de 1970 e 1975 começa a se intensificar o avanço da grilagem de terras de uso comum – os Gerais e de posse das comunidades da região e é quando as famílias criadoras começam a se organizar e resolvem delimitar suas áreas como uma estratégia de proteção de seus territórios, aproveitando os riachos, córregos, rios e morros e completando o fechamento com a cerca de arame farpado, formando assim os vários Fechos de Pastos de uso coletivo.

“Fecho” significa, então, o fechamento de áreas coletivas e “Pasto” está relacionado à pastagem nativa e à vegetação. Os Fechos de Pasto são, assim, a forma viável de

garantir a criação extensiva de animais, o extrativismo de frutas nativas e o uso das plantas medicinais do Cerrado.

Além de ser fundamental para preservar o nosso modo de vida, os Fechos também têm o importante papel de manter os Gerais em pé, já que as áreas que ainda se encontram conservadas são aquelas onde existem os Fechos de Pasto.

Mulheres, guardiãs da terra e das águas

As mulheres são as principais responsáveis para manter os Gerais em pé e vivo, ao serem protagonistas do manejo de sementes, da produção de alimentos, artesanatos e de práticas ancestrais agroecológicas. São elas as guardiãs da biodiversidade, através dos saberes das sementes crioulas, do extrativismo e tratamento das frutas e plantas medicinais. São fecheiras, raizeiras, parteiras, benzedadeiras, que dominam um vasto conhecimento sobre o uso tradicional da biodiversidade do Cerrado.

São também as mulheres as guardiãs das águas, sempre zelando pelos rios e com práticas ancestrais, desenvolvem métodos de conservação das fontes, recuperam nascentes e armazenam esse bem comum.

Por isso, são as mulheres que garantem o bem viver de suas famílias, comunidades e territórios e quem acaba sentindo com mais intensidade as consequências da apropriação das águas, do desmatamento e das mudanças climáticas.

Cada vez mais, as mulheres precisam estar por dentro do que acontece em sua volta e participar plenamente dos processos de tomada de decisão sobre a gestão das águas e dos territórios.

Assim, todas as iniciativas nas comunidades devem se conectar com a permanência no território e a conservação das águas, beneficiando toda a comunidade e sociedade como um todo, para que filhos, filhas, netos e netas possam continuar existindo num território saudável e sem violência, para viver com dignidade e desfrutando de nossas águas, matas e frutos.

Ninguém vai morrer de sede nas margens dos nossos rios!

Defendendo nossos territórios

Como nos protegemos?

A primeira coisa que fazemos para proteger os nossos territórios é nos organizar. Essa organização começa com a criação de Associações e Coletivos para cada Fecho de Pasto. É nos organizando cada dia mais e buscando a unificação das Associações que a nossa luta em defesa dos territórios é capaz de crescer.

Outra forma de proteger os nossos territórios é fazendo o monitoramento contínuo dos Fechos de Pasto através da articulação em grupo nos territórios.

Essas formas de proteção dos Fechos busca principalmente a nossa permanência nos territórios, para que nossos modos de vida possam ser mantidos e repassados às próximas gerações. A permanência nos territórios onde vivemos é a forma de proteção mais importante de proteção dos Fechos de Pasto.

Com quem podemos contar?

Além da articulação entre os Coletivos e Associações de Fechos de Pasto, podemos contar com parceiros e instituições públicas e privadas, como Ministério Público, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Associação de Advogados/as de Trabalhadores/as Rurais (AATTR), Escola Família Agrícola Padre André (EFA), Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN) e Rede Cerrado, além de outros companheiros e companheiras que sempre estão a nos fortalecer na luta pela permanência nos territórios.

Organização: mais poder ao povo!

A partir do momento em que temos as nossas comunidades organizadas, podemos decidir a própria organização do nosso dia a dia, a gestão dos nossos modos de vida e do trabalho em nossas roças, a gestão da água e da terra e de todas as atividades que são realizadas nos Fechos.

Manter essa organização coletiva é ter autonomia necessária que nos permite falar e expressar a nossa vivência nos territórios, a nossa cultura e a forma como nos relacionamos com esse ambiente tão rico e tão ameaçado que é o Cerrado.

Quanto mais organizado, mais autonomia e mais poder o povo tem sobre o seu território!

Referências Bibliográficas: (A ARRUMAR)

<https://ispn.org.br/site/wp-content/uploads/2018/10/clique-aqui.pdfv>

<https://www.generonumero.media/reportagens/mulheres-cerrado-alimentos/>

<https://mab.org.br/publicacao/a-sede-do-capital-grilagem-nas-terras-e-aguas-no-territorio-da-bacia-do-rio-corrente/>

<https://journals.openedition.org/confins/53453>

<https://www.cese.org.br/carta-do-i-encontro-nacional-das-mulheres-cerrado/>

<https://tribunaldocerrado.org.br/wp-content/uploads/2023/03/F8-FechodePasto-web.pdf>

<https://ispn.org.br/site/wp-content/uploads/2018/10/ComunidadesTradicionaisDeFechoDePastoESeuModoProprioDeConvivenciaComOCerrado.pdf>

(Delgado, 2012)

(Oliveira et al, 2022)

(IMATERRA)

(Imaterra, 2024)

Altair Sales Barbosa, 2022